

Plebiscito pode definir

texto constitucional

A idéia de uma Constituição de "consenso", perseguida por parlamentares conservadores de todos os partidos e membros da esquerda moderada, enfrenta a



resistência e o ceticismo dentro do próprio PMDB. Nesse clima, a proposta da realização de um plebiscito para se saber qual o texto constitucional ideal para o País, tende a fortalecer-se e já é admitida pelo próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirma que os grupos que "estão conversando" não pretendem eliminar a decisão pelo voto, mas apenas "aplainar o terreno". Acredita ele que cerca de 35% das questões que deverão constar da Constituição já têm posições convergentes entre representantes das diferentes tendências.

Os 15% restantes, segundo Covas, é que, em proporções diferentes, assumirão um caráter

polêmico até a hora da votação final em plenário. Os conflitos maiores, a seu ver, ficarão por conta de temas como a reforma agrária; a duração do mandato presidencial, o sistema de Governo e os critérios para a composição da futura Câmara, sobretudo no que diz respeito à fixação do número de representantes para cada Estado.

Para o líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima, "todo o problema reside exatamente nos 15%" a que se referiu Covas, porcentagem em que ele ainda inclui questões como a estabilidade do trabalhador, a jornada de trabalho, ensino público, versus ensino privado, e o problema do controle dos meios de comunicação.

Se tais questões não forem resolvidas segundo as aspirações populares, --observa Haroldo Lima -- *muitos constituintes poderão* deixar de subscrever o novo texto constitucional, hipótese também aceita pelo deputado pedetista Lyzâneas Maciel.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, adverte que "o povo brasileiro já vem de uma dura sequência de frustrações, sendo, por isso, temerária" uma eventual falta de sintonia entre a futura Constituição e as expectativas positivas